

PROCESSO Nº : 2016/20321/000334
UNIDADE GESTORA : 2032 - Fundação Universidade do Tocantins-UNITINS
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2015
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 049/2016
SGD Nº 2016/09049/000782

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da **Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS**, nos termos do inciso XII do artigo 3º da Lei nº 2.735/2013 e do Decreto nº 5.364/2016.

2. O processo de prestação de contas está organizado com base nos demonstrativos das Leis nº. 4.320/64 e 6.404/76, e composto de todas as peças relacionadas no art. 10 e 11 da Instrução Normativa nº 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária e financeira são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados na Fundação Universidade do Tocantins.

3.1 O Balanço Orçamentário (Anexo 12 – Lei 4.320/64), à **fl. 303**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta **déficit** orçamentário de **100%**.

3.1.1 Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE – Lei 6.404/76), à **fl. 340**, apurados a partir do comparativo entre as receitas operacionais brutas e as despesas operacionais brutas executadas no período, demonstra um **déficit** de **R\$ (4.035.811,45)**, equivalente a **19,64%**, o que indica uma situação financeira considerada desfavorável no exercício. Registra-se, por oportuno, que esse déficit em comparativo com o já registrado no exercício de 2014, na monta de **R\$ (1.527.655,14)**, teve aumento de **164,18%**, persistindo, por conseguinte, uma situação de prejuízo/desfavorecimento no Patrimônio da Fundação.

3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte 0020 de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **88,26%**, conforme quadros a seguir:



Rep
1
2015
2016

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	36.529.374,00	32.152.706,46	88,02
Despesa de Capital	1.951.377,00	1.809.663,40	92,74
TOTAL	38.480.751,00	33.962.369,86	88,26

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
000 – Recursos Ordinários	36.284.951,00	32.358.282,66	89,18
104 – Recursos do Tesouro – Emenda Parlamentar	1.745.800,00	1.604.087,20	91,88
223 – Recursos de Convênio com a Iniciativa Privada	0,00	0,00	0,00
225 – Recursos de Convênio com Órgãos Federais	450.000,00	0,00	0,00
TOTAL	38.480.751,00	33.962.369,86	88,26

3.3 As alterações no orçamento inicial refletem redução de **62,58%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias, tendo sido justificado pela entidade, à fl. 332.

3.4 As transferências financeiras recebidas no período, no valor de **R\$ 32.248.916,73**, somada aos recebimentos extra-orçamentários no valor de **R\$ 1.730.592,15** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 324.283,05**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 33.962.369,86**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 325.070,62**, os pagamentos extra-orçamentários no valor de **R\$ 10.271,65**, restando saldo de **R\$ 6.079,80** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 305 a 306.

3.5 O Balanço Patrimonial (Anexo 14 – Lei 4.320/64), à fl. 310, demonstra uma situação negativa dos bens, direitos e obrigações. Sendo o passivo circulante maior que o ativo circulante em **1.153,11%**, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.

3.5.1 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 1.730.415,11**, deste montante, **R\$ 126.327,91** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 1.604.087,20** restos a pagar não processados.

3.5.1.1 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores foi pago **R\$ 10.004,61** e cancelado **R\$ 160.271,25**.

3.6 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial demonstra saldo patrimonial de **R\$ -4.109.268,06**. Sendo apurado um déficit financeiro de **R\$ 1.724.245,31**, à fl. 311.



3.7 O Balanço Patrimonial (Lei 6.404/76), à fl. 337, demonstra uma situação negativa dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.7.1 O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em **70,09%**, indicando que estão sob controle os gastos e a capacidade de pagamento de curto prazo.

3.7.2 O resultado da comparação do Ativo não Circulante, composto pelo investimento, imobilizado e intangível, com o Passivo não Circulante, representado pelas obrigações a longo prazo, demonstra que não foram constituídos compromissos de longo prazo.

3.7.3 O Patrimônio Líquido, composto pelo patrimônio institucional e o resultado líquido apurado no exercício é de **R\$ 27.421.048,55**, tendo havido uma redução de **11,99%** em relação ao exercício de 2014, onde registrou o valor de **R\$ 31.157.961,13**.

3.8 O resultado apurado no exercício de 2015 foi negativo, haja vista que a entidade vem passando por situação deficitária desde 2014 e continua deficitária no exercício em análise, conforme evidencia o Demonstrativo de Superávit ou Déficit do Exercício à fl. 340.

3.8.1 Houve uma redução na capacidade de a Fundação honrar os compromissos de curto e longo prazo, uma vez que o índice de liquidez geral passou de **8,58%** em 2014, para **6,44%** em 2015, consoante cálculo de análise horizontal apresentado à fl. 238 e 239.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" (Lei nº 4.320/1964) registra saldo no valor total de **R\$ 6.079,80**, consoante extrato e conciliações bancárias às fls. 687 e 335.

3.9.1 Por outro lado, as disponibilidades registradas no Balanço Patrimonial (Lei 6.404/76), à fl. 337, totalizam o montante de **R\$ 4.953.342,29**, disposto nas contas específicas da UNITINS, devidamente conciliada com os extratos, às fls. 683 a 1163.

3.10 As contas do Passivo Circulante (Lei 4.320/64) totalizam um saldo de **R\$ 2.152.413,70**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo, Obrigações de Repartição a Outros Entes e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.10.1 As contas do passivo circulante, registradas no Balanço Patrimonial (Lei 6.404/76) à fl. 337, acumulam um saldo de **R\$ 5.036.970,02**, referentes a obrigações de curto prazo.

3.11 A dívida fundada na contabilidade pública (Lei 4.320/64) apresenta o valor de **R\$ 889.912,60**, referente a parcelamento do INSS, fl. 312, no entanto, na contabilidade privada (Lei 6.404/76), não foi constituído obrigações de longo prazo, fl. 337.

3.12 O resultado patrimonial do período (Lei 4.320/64) evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 32.409.987,98** e Variação Patrimonial Diminutiva de



rep
3
Ass.
CGE

R\$ 31.417.883,47, demonstrando resultado patrimonial **positivo** do período, no montante de **R\$ 992.104,51**, conforme demonstrado à **fl. 308**.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa (Lei 4.320/64) demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido **negativo** no valor de **R\$ 318.203,25**, à **fl. 313**. Enquanto na Demonstração da Lei 6.404/76) o montante gerado foi de **R\$ 2.138.241,51** positivo, **fl. 341**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS** foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **8** (oito) processos de adesão em ata de registro de preços, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.1.1 Também foram fiscalizados **1** (um) processo de reconhecimento de dívida de exercício anterior decorrente de despesa realizada sem prévio empenho e sem cobertura contratual, tendo sido recomendado a devida apuração de responsabilidade de quem deu causa.

4.1.2 Ainda, foi analisado a pedido da **UNITINS**, **1** (um) processo de aditivo de valor e prazo contratual, referente a construção de três blocos de sala de aula e laboratórios do Campus Universitário, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.2 Por meio da técnica de auditoria foram avaliados no período de **30/01/2015** a **08/02/2015**, contratos temporários da referida Entidade, buscando identificar a vigência dos contratos e existência de outros vínculos dos servidores, bem como verificar a compatibilidade de carga horária dos contratos temporários à luz da legislação pertinente, identificar a existência de acúmulo de cargo efetivo e contrato temporário pelos docentes e avaliar o controle e a fiscalização destes contratos pela Fundação, cujo resultado foi devidamente encaminhado ao egrégio Tribunal de Contas do Estado para julgamento, bem como à **Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS** para as providências necessárias cabíveis.

4.3 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados **6** (seis) atendimento presenciais e **10** (dez) via telefone, para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, suprimento de fundos, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.4 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, o que possibilitou indicar medidas para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.



rep
10
4
Bues

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade na **Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS** no exercício em análise, conforme informado à **fl. 1.178**.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às **fls. 59 a 260**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS**, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições da UNITINS foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, definidos nos Programas Temáticos: 1027 - **Educação Profissional, Tecnológica e Superior** - 1034 – **Governo e Cidadão** e com suporte nas ações do Programa 1047 - **Gestão e Manutenção** da Fundação Universidade do Tocantins.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas qualitativas, cujo desempenho no exercício em análise, evidencia um bom grau de eficiência alcançado para as metas não regionalizadas, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 85, 92, 97, 114 e 144**.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **2** (dois) indicadores, dos quais **2** (dois) apresentaram um nível satisfatório para a entidade, às **fls. 81 e 112**.

6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que a entidade conseguiu entregar **12** (doze) serviços à sociedade, de um total de **14** (quatorze), demonstrando um alto grau de eficiência alcançado pela entidade, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 107, 108, 109, 100, 115, 117, 121, 123, 126, 130, 145, 158, 163 e 165**.

6.1.2.1 Para a realização apenas da iniciativa 15 – Divulgação das ações de Governo foi elaborada **1** (uma) ação orçamentária de natureza atividade, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física, explicitando um bom grau de eficiência, apesar da baixa execução orçamentário-financeira da mesma, conforme análise/justificativa, à **fl. 188**. Destacamos também, que as **14** (quatorze) iniciativas criadas pela entidade, **12** (doze) foram cumpridas sem ação temáticas vinculadas a elas. E as ações temática: 4110 - Estruturação mobiliária e tecnológica da Fundação, 3065 – Fomento ao desenvolvimento de projetos de pesquisas científicas e de inovação e 4227 – Oferta de bolsas de incentivo pertencem a Fundação de Amparo a Pesquisa do Tocantins – FAPT, conforme informado à **fl. 17**.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **4** (quatro) ações de natureza atividade, demonstram que as mesmas tiveram uma considerável



5
rep
ous

contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, **89,51%** foram executados por meio do Programa de Gestão Manutenção, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 207 a 212**.

7. A força de trabalho informada pela Fundação Universidade do Tocantins às **fls. 1.165 a 1.174**, é a seguinte: **160** servidores efetivos; **153** comissionados; **27** efetivos/comissionados; **13** efetivos com função de confiança; **262** contratados, **7** conselheiros perfazendo um total de **622** servidores, contudo, não está devidamente conciliado os quantitativos, pois existe divergências na quantidade de servidores efetivos/com função comissionada, porém justificado conforme nota explicativa à **fl. 1.176**.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Elizângela Glória Cardoso, Suely Cabral Quixabeira Araújo, Arilson José Pereira** e outros relacionados neste processo às **fls. 10 a 12**.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 21 dias do mês de março de 2016.


Rosângela Evangelista da Silva Matos
Analista/Administrador


Veralúcia Rodrigues Barros
Analista/Contador


Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda
Gerente de Avaliação e Controle da
Gestão Governamental


Eva Moreira Martins Santos
Gerente de Auditoria em Educação


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.
Em 21/03/2016.


SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

